

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.505.647 - SP (2019/0141218-8)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : M.N. IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
AGRAVANTE : ARIES ASSESSORIA ADUANEIRA LTDA
ADVOGADOS : MATHEUS FRAGA LOPES - ES013782
BRUNO BARCELLOS PEREIRA - ES011732
ROHAN DE CASTRO BAIOCO BASTOS - ES022964
AGRAVADO : METALCAP ABC CONDUTORES ELETRICOS EIRELI
ADVOGADO : RONALDO HERNANDES SILVA - SP177571
INTERES. : MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : LUCIANA MARQUES DE FREITAS RODRIGUES - SP190987
ALINE SATIL BATAGLIA - SP205562
INTERES. : RHEMA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADO : RICARDO FERREIRA DA SILVA - ES005389

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA CERTA, CUMULADA COM COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ACÓRDÃO PROFERIDO NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. REGRAS PREVISTAS NO ART. 85 DO CPC. PROVIMENTO.

1. Ação de obrigação de entregar coisa certa, cumulada com compensação por danos morais, bem como indenização por danos materiais.
2. Com a ressalva do meu entendimento, a 2ª Seção definiu que quanto à fixação dos honorários de sucumbência, temos a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).
3. Agravo em recurso especial conhecido. Recurso especial conhecido e provido para majorar os honorários de sucumbência em favor dos agravantes para 10% sobre o valor atualizado da causa.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por M.N.

Superior Tribunal de Justiça

IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e ARIES ASSESSORIA ADUANEIRA LTDA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 15/02/2019.

Concluso ao gabinete em: 09/07/2019.

Ação: obrigação de entregar coisa certa, cumulada com compensação por danos morais, bem como indenização por danos materiais, ajuizada pelo agravado, em face das agravantes, no qual alega, em síntese, ter realizado a compra de sucata metálica de cobre por meio de importação, contudo, que recebera blocos de cimento.

Sentença: julgou o processo sem resolução do mérito, em razão da ausência de legitimidade *ad causam*, bem como condenou o agravado em honorários sucumbenciais no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

Acórdão: negou provimento à apelação das agravantes.

Embargos de Declaração: opostos pelos agravantes, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação do art. 85, §§2º e 6º. Sustenta, em síntese, que honorários advocatícios devem ser arbitrados, segundo parâmetros do Código de Processo Civil, em no mínimo de dez por cento e ao máximo de vinte por cento, o que não teria sido aplicado pelos julgadores.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da fixação de honorários advocatícios com fundamento na equidade (Súmula 568/STJ)

O TJ/SP, ao fixar os honorários advocatícios em R\$ 5.000,00, utilizando-se, para tanto, o critério da equidade, não obstante o valor dado à ação (R\$ 704.623,46), divergiu do atual entendimento do STJ, no sentido de que o art. 85, § 8º, do CPC/15 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por

equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: *i*) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou *ii*) o valor da causa for muito baixo.

Ressalte-se que a 2ª Seção do STJ, por ocasião do julgamento do REsp 1.746.072/PR, em 13/02/2019, uniformizou o entendimento desta Corte acerca da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos da seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da

Superior Tribunal de Justiça

causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. (...)

Logo, o acórdão divergiu do entendimento atual do STJ, e nesse ponto específico, ressalvado o entendimento desta Relatora, há de ser reformado, a fim de que a situação do vencedor se adeque ao entendimento firmado pela 2ª Seção no referido julgamento.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, para fixar os honorários de sucumbência em favor dos agravantes em 10% sobre o valor atualizado da causa.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora